

PROJETO PILOTO DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO: FIC VOLTADO PARA INDÍGENAS JAVAÉ

Márcia Moreira Custódio¹, Virgínia de Souza Venega², Arnaldo Coelho Teixeira Junior³, Vitor Mendes Vilas Boas⁴, Ricardo Batista Rodrigues⁵, Francisco Welton Silva Rios⁶

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras – UFES. E-mail: <marciamcustodio72@gmail.com>.

² Especialista em Tecnologias para Aplicações WEB pela Universidade do Norte do Paraná. E-mail: <virginia.venega@ifto.edu.br>.

³ Especialista em Telemática pelo IFTO. E-mail: <arnaldo.junior@ifto.edu.br>.

⁴ Especialista em Docência do Superior pela Faculdade Integrada de Araguatins. E-mail: <vitorvilasboas@ifto.edu.br>.

⁵ Mestre em Ciência da Computação pela UFPE. E-mail: <ricardo.rodrigues@ifto.edu.br>.

⁶ Especialista em Pesquisa Científica pela UECE. Bibliotecário-documentalista pelo IFTO *Campus* Avançado Formoso do Araguaia. E-mail <francisco.rios@ifto.edu.br>.

Resumo: Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa de demanda para a abertura de um curso FIC de Suporte e Manutenção de Computadores apenas para indígenas, no IFTO *Campus* Avançado Formoso do Araguaia. Mediante pesquisa-ação de análise qualitativa, foi realizado levantamento dos interessados, aplicando-se questionários nas escolas de três aldeias indígenas da etnia Javaé situadas na Ilha do Bananal. Os resultados apresentados servirão de guia para tomadas de decisão e construção de estratégias pedagógicas a serem usadas na implementação do curso.

Palavras-chave: etnia Javaé, FIC, Ilha do Bananal, indígenas.

1 INTRODUÇÃO

No estado do Tocantins vivem cerca de 15 mil indígenas distribuídos em 144 aldeias de oito etnias: Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô, Krahô Kanela, Apinajé e Avá Canoeiros. Só na Ilha do Bananal vivem dois desses grupos: os Karajá e os Javaé. Enquanto os povos Karajá ocupam as margens do rio Araguaia, os Javaé, por sua vez, ocupam as margens do rio Javaés. Cerca de 63% da extensão territorial da Ilha do Bananal pertencem o município de Formoso do Araguaia, cidade a sudoeste do estado do Tocantins, distante 320 km da capital Palmas.

De acordo com informações inscritas no catálogo do *Plano Operativo de Prevenção aos Incêndios Florestais*: Município de Formoso do Araguaia (TO), produzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (2013, p. 6), “[...] No município de Formoso do Araguaia (TO) encontra-se 44% da Ilha do Bananal [...]”, abrigando “[...] ao norte o Parque Nacional do Araguaia e, ao sul, duas reservas indígenas: Karajás e Javaés”. Siqueira (2015, p. 12), com sua obra *Ilha do Bananal – retratos do Tocantins – fotografias e textos*, levanta o quantitativo das aldeias Javaé da Ilha do Bananal como segue:

Aldeia Javaé Waritaxi; Aldeia Javaé São João; Aldeia Javaé Wari-Wari; Aldeia Javaé Boto-Velho; Aldeia Javaé Txuiri; Aldeia Javaé Txióde; Aldeia Javaé Barra do Rio Verde; Aldeia Javaé Boa Esperança; Aldeia Javaé Barreira Branca; Aldeia Javaé Wotuni; Aldeia Javaé Canuanã; Aldeia Javaé Imotxi.

Neste município circunscrito por Terra Indígena encontra-se sediado desde 2015, o *Campus* Avançado Formoso do Araguaia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

do Tocantins (IFTO). A instituição oferece à comunidade os Cursos Técnicos em Agricultura e em Informática, sendo o primeiro funcionando no turno vespertino e o segundo no período noturno, ambos na modalidade subsequente, e, ainda, disponibiliza variados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Considerando a localização do *campus*, a pertinência no desenvolvimento de trabalhos educacionais voltados para a realidade local perpassa pela identidade indígena. Os temas transversais, como parte integrante obrigatória de todas as ementas dos componentes curriculares dos cursos técnicos oferecidos, estão na pauta dos planejamentos, culminando no desenvolvimento de projetos relacionados a cada tema, respeitando o previsto no art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Portanto, abordando diversidade cultural, educação e direitos humanos, o IFTO *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, em consonância com as Leis nºs 10.639/2003 e 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, educação para as relações etnicorraciais, em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolve projetos com temáticas indígenas. No art. 2º da referida Resolução lemos:

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Desse modo, a temática da Pluralidade Cultural que diz respeito às características étnicas e culturais de diferentes grupos sociais que convivem em território brasileiro consiste não só em prática pedagógica no *campus*, mas se torna um imperativo, sobretudo por estar em contato com uma expressiva população indígena, configurando-se campo pródigo para aprendizado recíproco mediante pesquisas e ações que tragam benefícios concretos a todos da comunidade.

No entanto, a procura desse público pelos cursos ainda é pequena e, quando chegam a ingressar no *campus*, são poucos os que permanecem. Compreendido como um dos grandes desafios pedagógicos da Instituição, isto é, a evasão dos estudantes indígenas ocorre logo nos primeiros meses de ingresso nos cursos. Em cumprimento à Lei nº 12.711/2012, pelo Decreto nº 7.824/2012 e a Portaria Normativa MEC nº 18/2012, os processos seletivos do IFTO *Campus* Avançado Formoso do Araguaia reservam vagas para estudantes indígenas. Apesar disso, de 2015 a 2017-1, dos nove alunos indígenas que efetuaram suas matrículas na Instituição, apenas dois prosseguem nos cursos. A hipótese é que, de algum modo, o modelo dos cursos técnicos oferecidos na modalidade subsequente, com duração de 1,5 anos, com aulas durante todos os dias da semana,

nos turnos vespertino e noturno, oferecidos pelo IFTO *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, não atendem à realidade social e cultural dos indígenas da Ilha do Bananal.

Ora, sendo a escola um espaço político de afirmação, não basta dar acesso, é necessário empreender políticas de permanência. Para tanto, a Instituição deve buscar estratégias de ensino que contribuam para reduzir as desigualdades sociais, especialmente por meio dos processos de educação que envolvam a comunidade. Compreendendo que a educação constitui-se num meio de adquirir formas de inclusão e de empoderamento, ou seja, de assumir poder, dando possibilidade ao indivíduo de ocupar novas posições na divisão social do trabalho e de classes, quando se percebe que parte dessa população não é alcançada, principalmente grupos marginalizados, quem fracassa, na verdade, é o modelo educacional.

Alguns dos fatores que contribuem para essa realidade lacunar indígena no *campus* são facilmente detectáveis. Dentre eles, a questão do deslocamento até a instituição configura-se um dos maiores problemas. A aldeia mais próxima, a Txuri, fica cerca de 45 km do centro da cidade. O município não dispõe de transporte coletivo urbano e não oferece uma lotação escolar para indígenas que estudam fora das aldeias. Para se chegar ao centro do município, primeiro é necessário que o morador da Ilha do Bananal atravesse o rio Javaés de canoa, em seguida continua o trajeto em veículo próprio ou acomoda-se na carroceria de um caminhão disponibilizado para cada comunidade indígena, que todos os dias sai cedo da aldeia para levar os moradores até à cidade e retorna ao cair da tarde. A opção por prosseguir nos estudos fora da aldeia implica no agravante das despesas com aluguel, alimentação entre outros.

Deve-se reconhecer, também, que a formação dos servidores do *campus* em lidar com o público indígena, no tocante às suas especificidades culturais, é incipiente. Este fato leva ao uso de metodologia de ensino-aprendizagem baseada numa lógica universal, homogeneizada, sem levar em consideração as dificuldades enfrentadas pelos indígenas, principalmente em relação à compreensão da fala e escrita. A realidade encontrada por eles no *campus* difere da oferecida nas escolas dentro das aldeias. Nestas, embora grande parte dos Javaé seja bilíngue, isto é, falante de sua língua materna, o *iny rybe* (fala dos *iny*), e do português, *tori rybe* (fala dos brancos), entre eles a comunicação oral é na língua materna. Compreendendo o português básico da oralidade, a língua portuguesa é utilizada na relação com o branco (*tori*) sobretudo para negociações e no âmbito escolar. No entanto, mesmo com todos os desafios citados acima, pelo número de inscrições efetuadas por indígenas no último processo seletivo, é crescente a busca desse grupo pelo ensino técnico oferecido pelo *campus*.

A implantação desse curso piloto configura-se, portanto, em estratégia pedagógica de apoio ao acesso e à permanência de estudantes indígenas, de forma que atenda efetivamente suas reais necessidades e lhes garanta uma educação específica, diferenciada e intercultural, respeitando-se os valores culturais, sem deixar de lhes assegurar uma formação adequada e de qualidade. O objetivo é que com esse FIC os alunos indígenas sejam capacitados para o mercado de trabalho, também apliquem em suas aldeias os novos conhecimentos adquiridos, e até se tornem multiplicadores das técnicas aprendidas. Também é uma oportunidade excelente de aprendizado para a comunidade institucional, com trocas de experiência e saberes que levarão ao desenvolvimento de estratégias de ensino.

No tocante à preservação da cultura, esse projeto prevê a contribuição de monitores indígenas, falante do dialeto do grupo, atuando ao lado do professor na ministração das aulas. Pretende-se, com isso, colaborar na formação técnica e ao mesmo tempo garantir a preservação identitária. Além disso, pensa-se que a presença de um monitor indígena facilitará o processo de aprendizagem na medida em que se estabelecerá um ambiente social específico de aprendizagem que possibilitará trocas linguísticas orais na língua javaé, proporcionando um clima de confiança e liberdade na comunicação.

Por ser uma experiência inicial, o projeto delimitou a pesquisa a três aldeias da Ilha do Bananal mais próximas da zona urbana de Formoso do Araguaia, são elas: Txuiri, Canuaña e Boa Esperança. Além da proximidade, ressalta-se também o quantitativo populacional destas, pois segundos dados demográficos recentes, de 2017, fornecidos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), polo Formoso do Araguaia, apontam uma população de 117 moradores na aldeia Txuiri (45 km); na aldeia Canuanã (60 km) residem 403 moradores; e a aldeia Boa Esperança (117 km), pertencente ao município de Lagoa da Confusão, consta com 61 pessoas.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Obter diretrizes pedagógicas e metodológicas para a implantação de um curso FIC de Suporte e Manutenção de Computadores para Indígenas que atenda o mais próximo possível às necessidades das comunidades indígenas da região.

2.2 Específicos

- Levantar demanda de interessados pelo curso;

- Colher informações a respeito de interesses específicos do grupo a ser atendido;
- Reduzir distâncias entre o IFTO e as comunidades indígenas da região;
- Oportunizar o acesso desse grupo ao IFTO;
- Desenvolver a competência técnica e pedagógica dos envolvidos;
- Preservar a identidade;
- Combater a evasão.

3 METODOLOGIA

Levando-se em consideração a concentração populacional indígena no município de Formoso do Araguaia - TO, essa pesquisa quanti-qualitativa tem como intuito criar não apenas ofertas de cursos para estudantes indígenas, mas, também, viabilidade de ingresso e estratégias de permanência e êxito. O levantamento foi realizado nas escolas de três aldeias: Escola Indígena Txuiri-Hina (Txuiri), Escola Indígena Watakuri (Boa Esperança), Escola Indígena Tainá (Canuanã). O instrumento utilizado foi um questionário com questões do tipo fechadas.

O formato da proposta da pesquisa insere-se no conceito de Pesquisa-ação de Antônio Carlos Gil (2002, p. 56), uma vez que “supõe uma forma de ação planejada, de caráter social, educacional”. Também Gil (2002, p. 143) ressalta o caráter flexível desse tipo de pesquisa, pois “além dos aspectos referentes à pesquisa propriamente dita, envolve também a ação dos pesquisadores e dos grupos interessados”. Em fase exploratória realizada anteriormente, constatou-se o interesse por um curso na área da informática. Uma vez que o curso Técnico em Informática do *campus* é oferecido no turno noturno, a questão da logística torna difícil a frequência às aulas devido à distância. Em reunião com líderes indígenas, diretores, coordenadores e professores das escolas indígenas e do IFTO, foram pensadas e construídas diretrizes para a pesquisa.

O universo da pesquisa contempla indivíduos selecionados com base em características tidas como importantes, como as de natureza geográfica e étnico-cultural. Entram nesse universo as aldeias mais próximas da zona urbana, das quais os estudantes indígenas terão maior possibilidade de deslocamento até o *campus*. Para a coleta de dados foi usado o instrumento tipo “questionário” com questões do tipo fechada e de múltipla escolha. Os dados utilizados para o presente artigo dizem respeito à análise qualitativa, com base no conteúdo das questões referentes à preferência da população indígena das aldeias por um curso na área de informática. Pretende-se que esses dados

orientem a equipe pedagógica no planejamento da construção de um curso FIC de Suporte e Manutenção de Computadores para Indígenas.

É preciso destacar que na pesquisa, o curso foi apresentado com a seguinte estrutura: oferta de 30 vagas, funcionamento no turno vespertino, com previsão de início no segundo semestre de 2017, faixa etária acima de 15 anos. Para este trabalho, foram consideradas como relevantes cinco respostas: a aldeia na qual reside; a faixa etária; a língua em que gostaria que as aulas sejam ministradas; o gênero; a quantidade de dias de aula por semana. Por ser informado que o preenchimento do questionário constituía-se de uma pré-inscrição para o curso, pretende-se utilizar as fichas de questionário para futura seleção dos estudantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Constatou-se na pesquisa que o número de interessados foi de 58 indígenas, conforme fica evidenciado na Figura 1. Na aldeia Boa Esperança, a mais distante da zona urbana de Formoso do Araguaia, 8 pessoas demonstraram interesse pelo curso, ao passo que na aldeia Txuiri houve 21 pessoas interessadas e na Canuanã 29 indígenas preencheram a ficha de pré-inscrição.

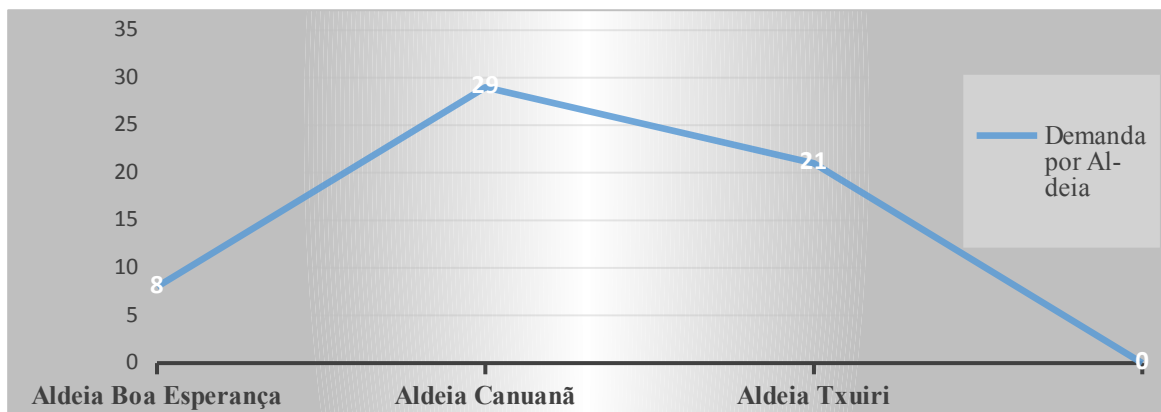


Figura 1 – Número de pessoas interessadas pelo curso por aldeia

O gráfico da faixa etária (Figura 2) apresenta um público maior de adultos interessados em fazer o curso, em detrimento do número jovens. Mas a diferença não é tão acentuada, pois 32 são maiores de idade e 26 ainda são menores. Na aldeia Canuanã foram 18 pré-inscritos com idade até 17 anos, contra 11 com idade superior; na aldeia Boa Esperança foram 2 jovens menores de idade contra 6 adultos; já na Txuiri a pesquisa evidencia que dos pré-inscritos 6 não atingiram a maioridade, e 15 são adultos.

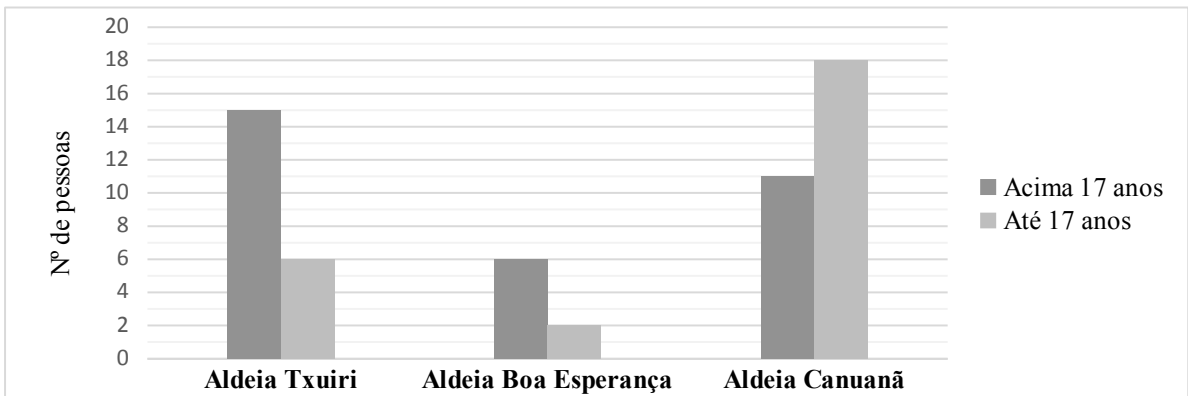


Figura 2 – Faixa etária dos pré-inscritos

Um dado de grande relevância foi a preferência pela língua a ser utilizada na ministração do curso. Evidencia-se um interesse pelo uso das duas línguas, a portuguesa e a javaé. Curioso é que não houve opção pelo uso apenas da língua Javaé. Conforme demonstra o gráfico seguinte (Figura 3), na aldeia Boa Esperança 3 dos inscritos marcaram a opção pelo curso ser ministrado em língua portuguesa, enquanto 5 optaram pelo uso das duas línguas; na aldeia Txuiri 2 optaram pela língua Portuguesa, contra 19 que gostariam que fosse nas duas línguas; na aldeia Canuanã foram 11 escolhas para o uso da língua Portuguesa, contra 18 pela opção de ter aulas nas duas línguas.

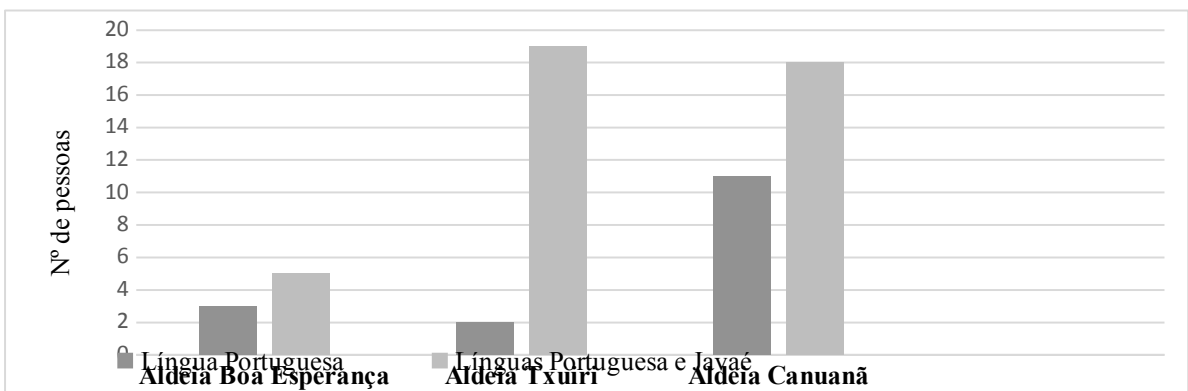


Figura 3 – Preferência pela língua usada no curso

O gráfico a seguir (Figura 4) refere-se à informação sobre a quantidade de dias da semana que pode ser usada para a aplicação do curso. O resultado demonstrou uma preferência maior para a construção de um curso cujas aulas aconteçam em um dia por semana. Nota-se que enquanto 30 pré-inscritos marcaram 1 dia, 22 escolheram 2 dias, e apenas 6 gostariam de três dias de aulas por semana.

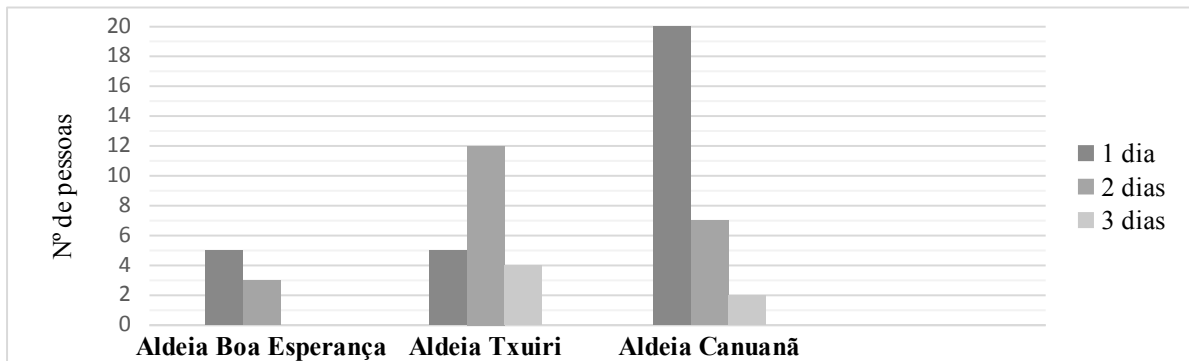


Figura 4 – Aulas/semana de aplicação do curso FIC

Do quantitativo de homens e mulheres que realizaram a pré-inscrição, pelo gráfico abaixo (Figura 5), nota-se que 37 correspondem ao sexo masculino e 21 ao sexo feminino, divididos da seguinte forma: Aldeia Txuiri foram 15 homens e 6 mulheres; na Aldeia Boa Esperança se inscreveram 5 homens e 3 mulheres; e na Aldeia Canuanã apontam 17 homens e 12 mulheres.

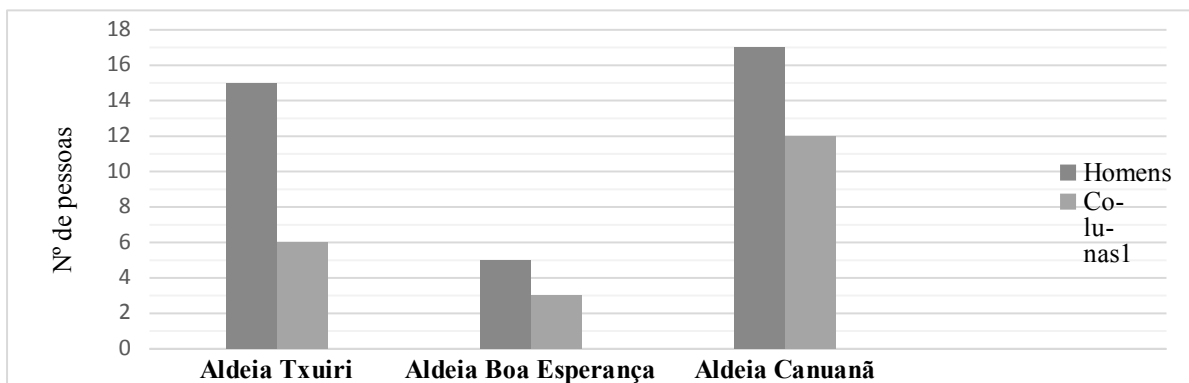


Figura 5 – Quantitativo de homens e mulheres que realizaram a pré-inscrição

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar inicialmente a realidade dos alunos indígenas do IFTO *campus* Avançado Formoso do Araguaia busca-se demonstrar a importância das ações voltadas para eliminar ou mesmo amenizar as dificuldades de acesso e permanência desse público que busca uma competência técnica. Com os dados, procurou-se refletir, debater e viabilizar o curso FIC para indígenas, procurando adequá-lo ao formato delineado por eles, de modo a tornar possível a formação técnico-profissional, possibilitando serem os protagonistas de suas próprias histórias, buscando ser atendidos em suas especificidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Resolução nº 1, de 17 de julho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de junho de 2004. Seção 1, p. 11. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Lei nº 10.639, de 9/01/2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano operativo de prevenção e combate aos incêndios florestais** - município de Formoso do Araguaia (TO). Gurupi, nov. 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do Instituto Federal do Tocantins**. Aprovado pela Resolução nº 38/2013/CONSUP/IFTO, de 20 de agosto de 2013.

SIQUEIRA, Divino Allan. **Ilha do Bananal** – retratos do Tocantins – fotografias e textos. [Curitiba]: Lógica Comunicações, 2015. 144 p.